



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

PROCESSO STJ N. 013659/2022

CONTRATO STJ N. 02/2023

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: AUDICARE - CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA		
CNPJ: 05.285.983/0001-73		
ENDEREÇO: SMAS, n. 6580, Bloco 02, 4º andar, Sala 404, Condomínio Park Shopping Corporate, Zona Industrial - Guará		
CIDADE: Brasília	UF: DF	CEP: 71.219-900
TELEFONES: (61) 3039-6703 ramais 2/3/(61) 99970-1372		
E-MAIL: sebastianarodrigues@audicareauditoria.com.br/glebesribeiro@audicareauditoria.com.br		
REPRESENTANTE: ANTONIA SEBASTIANA RODRIGUES		
CPF: 261.449.213-20	RG: 78850084 - SSP/CE	

DADOS SOBRE O CONTRATO
OBJETO: Prestação de serviços especializados em auditoria técnica e administrativa em saúde ao Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRÓ-SER
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n 119/2022
VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.096.498,80 (um milhão, noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).
UNIDADE FISCALIZADORA: Coordenadoria de Benefícios
OBSERVAÇÕES: A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, no prazo de até trinta dias corridos a contar da assinatura do contrato, garantia contratual, conforme CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA .

Documentos referenciados e seu protocolo SEI: Termo de Referência - versão 9 (protocolo SEI [3234641](#)), e proposta de preços (protocolo SEI [3280503](#))

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho Resumido	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
2023NE75	11/01/2023	203839	33.90.35	Estimativo	91.374,90

PROCESSO STJ n. STJ 13659/2022

CONTRATO STJ n. 02/2023

Prestação de serviços especializados em auditoria técnica e administrativa em saúde ao Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRÓ-SER.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATANTE:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Brasília-DF, representado seu Secretário de Administração em exercício, **ALEXANDRE SALES DE OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 843.828.721-20, portador da Cédula de Identidade n.1809110, expedida pela SSP/DF, residente e domiciliado nesta Capital

CONTRATADA:

AUDICARE - CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 05.285.983/0001-73, com sede no SMAS, n. 6580, Bloco 02, 4º andar, Sala 404, Condomínio Park Shopping Corporate, Zona Industrial - Guarã, Brasília/DF, neste ato representada por sua Sócia, **ANTONIA SEBASTIANA RODRIGUES**, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 261.449.213-20, portadora da Cédula de Identidade n. 78850084, expedida pela SSP/CE, residente e domiciliada nesta Capital.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação, pela CONTRATADA, de serviços especializados em auditoria técnica e administrativa em saúde ao Programa de Assistência aos Servidores do Superior Tribunal de Justiça - PRÓ-SER, conforme condições dispostas neste contrato, no Termo de Referência - versão 9 (documento SEI [3234641](#)) e nos macroprocessos, subprocessos, quantitativos e periodicidade abaixo especificados:

Macroprocesso	Subprocesso	Estimativa mensal	Unidade	Periodicidade
Auditoria	1. Auditoria assessoramento técnico	- 10 pareceres/reuniões mensais	serviço	Sob demanda
	2. Auditoria preventiva e retrospectiva (perícias)	10.500	vidas	Mensal
	3. Auditoria Concorrente	10.500	vidas	Mensal
	4. Auditoria retrospectiva in loco (faturas de prestadores do DF)	10.500	vidas	Mensal
	5. Auditoria retrospectiva in loco (faturas de prestadores com notória especialização fora do DF)	5 pareceres mensais	serviço	Sob demanda
Processamento de contas	6. Processamento de contas médicas hospitalares correlatas	1400 processos mensais	serviço	Sob demanda
		4.200 processos (estoque a ser eliminado nos três primeiros meses de vigência).	serviço	Sob demanda
	7. Processamento de contas odontológicas	190 processos mensais	serviço	Sob demanda

		570 processos (estoque a ser eliminado nos três primeiros meses de vigência	serviço	Sob demanda
	8. Processamento de contas de reembolso	460 processos mensais	serviço	Sob demanda
		1.380 processos (estoque a ser eliminado nos três primeiros meses de vigência).	serviço	Sob demanda

1.2. As especificações constantes do edital de licitação, do termo de referência e da proposta comercial fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. Os serviços que constituem o objeto desta contratação estão abaixo discriminados:

MACROPROCESSO AUDITORIA
<i>SUBPROCESSO 1. ASSESSORAMENTO TÉCNICO</i>
1.1. Análise, elaboração de parecer quanto aos aspectos técnicos de saúde para processos judiciais e extrajudiciais, administrativos. Área de atuação: Enfermagem/ Medicina
1.2. Assessoramento técnico em reuniões presencialmente ou por videoconferência, sempre que solicitado. Área de atuação: Enfermagem/ Medicina

<p>1.3. Parecer/subsídio técnico de protocolos clínicos para a realização de procedimentos e custeio de material/medicamentos e de outras situações solicitadas pelo CONTRATANTE</p> <p>Área de atuação: Enfermagem/ Medicina</p>
<p>1.4. Análise e assessoria técnica, com emissão de parecer, para inclusão de eventos nas tabelas negociadas, avaliação das tabelas já pactuadas com a rede credenciada, observando diretrizes em saúde.</p> <p>Área de atuação: Enfermagem/ Medicina</p>
<p>1.5. Assessoramento técnico com vistas à definição de critérios de regulação dos procedimentos previstos nas tabelas do CONTRATANTE, conforme solicitação.</p> <p>Área de atuação: Enfermagem/ Medicina</p>
<p>1.6. Análise e assessoramento nas negociações junto à rede credenciada, quando solicitado pelo CONTRATANTE.</p> <p>Área de atuação: Enfermagem/ Medicina</p>
<p><i>SUBPROCESSO 2. AUDITORIA PREVENTIVA E RETROSPECTIVA (PERÍCIAS)</i></p>
<p>2.1. Perícia documental prévia quanto à pertinência técnica de internações hospitalares e psiquiátricas, bem como procedimentos a serem realizados ou já realizados em caráter de urgência ou fora do horário comercial previamente definido, na rede credenciada ou na modalidade livre escolha sob internação (com e sem previsão de OPME) com lançamento em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE.</p> <p>Área de atuação: Medicina</p>
<p>2.2. Perícia documental prévia quanto à pertinência técnica em solicitações de quimioterapia ou radioterapia, de serviços de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial previamente definidos, a serem realizados ou já realizados em caráter de urgência ou fora do horário comercial previamente definido, na rede credenciada ou na modalidade livre escolha, com lançamento no software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE.</p> <p>Área de atuação: Medicina</p>

<p>2.3. Perícia presencial, no Distrito Federal, na sede do CONTRATANTE, sob demanda deste, quando a análise documental não seja suficiente para definir tecnicamente a liberação de algum evento em saúde.</p> <p>Área de atuação: Medicina</p>
<p>2.4. Perícia presencial, in loco, se no Distrito Federal e perícia documental, se fora do Distrito Federal, para admissão de paciente em serviços de internação/assistência domiciliar, a serem realizados na rede credenciada ou na modalidade livre escolha, conforme critérios estabelecidos em normativos do CONTRATANTE. O parecer técnico deverá contemplar a análise de viabilidade da prestação do serviço de assistência domiciliar, bem como quanto ao custo benefício dessa modalidade assistencial para o beneficiário.</p> <p>Área de atuação: Medicina</p>
<p>2.5. Análise de orçamentos (itens de custo) apresentados para admissão em serviços de internação/assistência domiciliar, a serem realizados na rede credenciada ou na modalidade livre escolha, com manifestação acerca da pertinência técnica e administrativa dos itens orçados e lançamento em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE.</p> <p>Área de atuação: Medicina / Enfermagem</p>
<p>2.6. Cotação de preços de órteses, próteses e materiais especiais (OPME) com vistas à utilização em procedimentos cirúrgicos pelos beneficiários do Programa, a serem realizados ou já realizados em caráter de urgência ou fora do horário comercial previamente definido, na rede credenciada ou na modalidade livre escolha. Obter, no mínimo, três cotações de cada material cirúrgico a ser utilizado, negociando os preços, ressalvadas impossibilidades devidamente justificadas. Manter registro documental de todas as cotações realizadas, com a descrição individualizada dos itens, valores e fornecedores e lançamento no software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE. Emitir parecer detalhando os itens de OPME deferidos (com discriminação de item, código, valor, dentre outras informações pertinentes) e indeferidos (com a devida justificativa).</p> <p>Área de atuação: Enfermagem</p>
<p>SUBPROCESSO 3. AUDITORIA CONCORRENTE</p>
<p>3.1. Auditoria durante a execução de procedimentos cirúrgicos, na rede credenciada, com utilização de OPME, por solicitação do CONTRATANTE.</p> <p>Área de atuação: Enfermagem</p>

3.2. Auditoria para verificação da conformidade na prestação de serviços ambulatoriais na rede credenciada, por solicitação do CONTRATANTE.

Área de atuação: Enfermagem

3.3. Perícia documental, para prorrogação de serviços de internação hospitalar, com lançamento em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE.

Área de atuação: Medicina

3.4. Perícia documental, mensal, realizada por médico, para prorrogação de serviços de internação/assistência domiciliar, conforme critérios estabelecidos em normativos do CONTRATANTE, cujo parecer contemple a pertinência da continuidade da prestação do serviço nessa modalidade e análise de orçamentos e aditivos (itens de custo) apresentados para continuidade de serviços de internação/assistência domiciliar, com manifestação [médico(a)/enfermeiro(a)] acerca da pertinência técnica e administrativa dos itens orçados e lançamento em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE.

Área de atuação: Medicina / Enfermagem

3.5. Monitoramento das internações hospitalares clínicas e cirúrgicas, por meio da análise de prontuário do paciente, discussão de caso com a equipe assistencial e eventual visita ao paciente, com vistas a garantir a melhor qualidade possível da atenção aos beneficiários do CONTRATANTE e evitar o uso desnecessário de recursos. O monitoramento deverá ser realizado **a cada 72 horas, considerando os dias úteis**, a partir do início da internação, e os registros da evolução do paciente e demais dados do monitoramento deverão ser efetuados em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE

Área de atuação: Medicina

3.6. Monitoramento das internações domiciliares, por meio da análise de prontuário do paciente, discussão de caso com a equipe assistencial e visita ao paciente, com vistas a garantir a melhor qualidade possível da atenção aos beneficiários do CONTRATANTE e evitar o uso desnecessário de recursos. O monitoramento deverá ser realizado a partir da internação, **quinzenalmente**, com **visitas mensais**, ou em menores intervalos, conforme demandado pelo CONTRATANTE. Os registros da evolução do paciente e demais dados do monitoramento deverão ser efetuados em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE.

Área de atuação: Medicina

3.7. Monitoramento das internações psiquiátricas, por meio da análise de prontuário do paciente, discussão de caso com a equipe assistencial e visita ao paciente, com vistas a garantir a melhor qualidade possível da atenção aos beneficiários do CONTRATANTE e evitar o uso desnecessário de recursos. O monitoramento deverá ser realizado a partir da internação, **quinzenalmente**, com **visitas mensais**, ou em menores intervalos, conforme demanda do CONTRATANTE. Os registros da evolução do paciente e demais dados do monitoramento deverão ser efetuados em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE

Área de atuação: Medicina

SUBPROCESSO 4. AUDITORIA RETROSPECTIVA IN LOCO (FATURAS DE PRESTADORES DO DF)

4.1. Auditoria *in loco* (rede credenciada Distrito Federal) de faturas hospitalares (internação e pronto-socorro) e ambulatoriais previamente definidas, antes do faturamento, com vistas a verificar a conformidade das cobranças quanto à pertinência técnica dos itens utilizados e administrativa em relação aos contratos firmados com a rede credenciada. As eventuais glosas deverão ser estabelecidas com clareza e devidamente justificadas em conta. Deverá ser lançado relatório de auditoria em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*.

Área de atuação: Medicina / Enfermagem

SUBPROCESSO 5. AUDITORIA RETROSPECTIVA IN LOCO (FATURAS DE PRESTADORES COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO FORA DO DF)

5.1. Auditoria *in loco* (prestadores fora do Distrito Federal) de faturas hospitalares ou ambulatoriais demandadas pelo CONTRATANTE, antes do faturamento, com vistas a verificar a conformidade das cobranças quanto à pertinência técnica dos itens utilizados e administrativa em relação aos contratos firmados com a rede credenciada. As eventuais glosas deverão ser estabelecidas com clareza e devidamente justificadas em conta. Deverá ser lançado relatório de auditoria em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*.

Área de atuação: Medicina / Enfermagem

MACROPROCESSO PROCESSAMENTO DE CONTAS

SUBPROCESSO 6. PROCESSAMENTO DE CONTAS MÉDICO-HOSPITALARES E CORRELATAS

6.1. Processamento de contas médico-hospitalares e correlatas. Compõe-se das seguintes atividades:

Atividade 1 - Análise técnica e administrativa de despesas assistenciais faturadas (originais e pedido de revisão de glosa), verificando a pertinência e a compatibilidade das despesas (procedimentos, materiais, medicamentos, taxas e outros insumos) em relação aos normativos e tabelas do CONTRATANTE e aos contratos firmados com a rede credenciada, com lançamento em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE. As eventuais glosas ou reconsiderações deverão ser estabelecidas com clareza e devidamente justificadas.

Atividade 2 - Lançamento e revisão dos itens de despesa cobrados pela rede credenciada e pedidos de revisão de glosas, em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*, procedendo os ajustes necessários para o correto pagamento das despesas.

Atividade 3 - Consolidação dos valores a serem pagos aos prestadores, por meio do *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*, para solicitação de documento fiscal, quando for o caso.

Atividade 4 - Conciliação do documento fiscal encaminhado ao CONTRATANTE pelo prestador para verificação da conformidade em relação aos aspectos financeiros e tributários, em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*. Em caso de inconformidade, devolução dos documentos fiscais ao prestador para retificação, com a indicação dos itens passíveis de ajuste.

Atividade 5 - Faturamento e emissão de relatórios visando a instrução dos processos de pagamento de despesas à rede credenciada.

Atividade 6 - Devolução ao prestador, por via eletrônica, de faturas incompletas e/ou inconsistentes, detectadas durante a análise, com a respectiva operacionalização em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*.

Área de atuação: Medicina / Enfermagem / Faturamento

SUBPROCESSO 7. PROCESSAMENTO DE CONTAS ODONTOLÓGICAS

7.1. Processamento de contas odontológicas. Compõe-se das seguintes atividades:

Atividade 1 - Análise técnica e administrativa de despesas assistenciais faturadas (originais e pedido de revisão de glosa), verificando a pertinência e a compatibilidade das despesas em relação aos normativos e tabelas do CONTRATANTE e aos contratos firmados com a rede credenciada, com lançamento em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE. As eventuais glosas ou reconsiderações deverão ser estabelecidas com clareza e devidamente justificadas.

Atividade 2 - Lançamento e revisão dos itens de despesa cobrados pela rede credenciada e pedidos de revisão de glosas, em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*, procedendo os ajustes necessários para o correto pagamento das despesas.

Atividade 3 - Consolidação dos valores a serem pagos aos prestadores, por meio do *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*, para solicitação de documento fiscal, quando for o caso.

Atividade 4 - Conciliação do documento fiscal encaminhado ao CONTRATANTE pelo prestador para verificação da conformidade em relação aos aspectos financeiros e tributários, em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*. Em caso de inconformidade, devolução dos documentos fiscais ao prestador para retificação, com a indicação dos itens passíveis de ajuste.

Atividade 5 - Faturamento e emissão de relatórios visando a instrução dos processos de pagamento de despesas à rede credenciada.

Atividade 6 - Devolução ao prestador, por via eletrônica, de faturas incompletas e/ou inconsistentes, detectadas durante a análise, com a respectiva operacionalização em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*.

Área de atuação: Odontologia / Faturamento

SUBPROCESSO 8. PROCESSAMENTO DE CONTAS DE REEMBOLSO

8.1. Processamento de contas de reembolso

Atividade 1 - Análise técnica e administrativa com emissão de parecer em solicitações de reembolso de despesas, em relação aos normativos e tabelas do CONTRATANTE, com lançamento em software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE.

Atividade 2 - Lançamento e revisão dos itens de despesa relativos a pedidos de reembolso, em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*, procedendo os ajustes necessários para o correto ressarcimento de despesas ao beneficiário, considerando a auditoria previamente efetuada e as regras de negócio constantes nos normativos do CONTRATANTE. Os registros de glosa deverão conter informações acerca dos motivos que a ensejaram.

Atividade 3 Consolidação e faturamento dos valores a serem ressarcidos aos beneficiários, por meio do *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*, com a emissão de relatórios para fins de pagamento da despesa.

Atividade 4 - Registro e comunicação ao CONTRATANTE acerca de pedidos de ressarcimento cuja documentação esteja incompleta ou inconsistente, realizando os competentes lançamentos em *software próprio de gestão de saúde do CONTRATANTE*.

Área de atuação: Medicina/ Odontologia/ Enfermagem/ Faturamento

- 2.2. Os serviços deverão ser prestados externamente, sendo gerenciados por meio dos registros efetuados em sistemas informatizados do CONTRATANTE (sistema de gestão documental - SEI e *software próprio de gestão de saúde*) e relatórios emitidos pela CONTRATADA.
- 2.3. Em caráter excepcional e sob demanda do CONTRATANTE poderá haver prestação de serviços pontuais nas dependências do CONTRATANTE, a exemplo de reuniões e perícias presenciais.

2.4. Os profissionais que atuarão nos serviços contratados deverão possuir equipamentos e recursos tecnológicos compatíveis com o acesso remoto aos sistemas do CONTRATANTE, com as seguintes configurações mínimas: a) estação de trabalho com Windows 10 64bits (original); b) processador i7 CPU @ 2.9GHz com quatro núcleos de processamento; c) 16GB de memória RAM; d) HD SSD de 256GB; e) 2 monitores de vídeo; f) internet banda larga com velocidade de 120Mbps; g) webcam; h) fone de ouvido e microfone; i) antivírus instalado e atualizado.

2.5. Na hipótese de haver indisponibilidade dos sistemas informatizados do CONTRATANTE utilizados na execução dos serviços, as partes, em comum acordo, deverão estabelecer mecanismos alternativos para atendimento às demandas.

2.6. A CONTRATADA deverá designar profissionais para atuar na supervisão de cada área de atuação, em conformidade com o estipulado na tabela abaixo, para que atuem como responsáveis pela coordenação das equipes de trabalho, a quem o CONTRATANTE se reportará para dirimir dúvidas ou promover ajustes:

Supervisão	Área de atuação	de Serviços sob sua responsabilidade (itens discriminados na CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 1)
Supervisão 1	Medicina	1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 1.6; 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.5; 3.3; 3.4; 3.5; 3.6; 3.7; 4.1; 5.1; 6.1; 8.1.
Supervisão 2	Enfermagem	2.5; 2.6; 3.1; 3.2; 3.4; 4.1; 5.1; 6.1; 8.1.
Supervisão 3	Odontologia	7.1; 8.1.
Supervisão 4	Administrativa (faturamento)	6.1; 7.1; 8.1.

2.7. Considerando-se tratar de contratação de serviços por resultados, para fins de apuração da adequada execução do objeto contratual, será utilizado Instrumento de Medição de Resultados, conforme ANEXO I do Termo de Referência.

2.8. A CONTRATADA deverá manter a disponibilidade dos serviços, atentar-se para o prazo de atendimento e para a qualidade dos serviços a serem entregues, relativos a cada atividade especificada no Instrumento de Medição de Resultados (ANEXO I do Termo de Referência).

2.9. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, por ocasião do faturamento mensal, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, relatório gerencial em que conste, no mínimo as seguintes informações:

2.9.1. Discriminação dos subprocessos e serviços efetivados na competência de referência;

2.9.2. Quantitativo e especificação de cada serviço demandado e executado na competência de referência;

2.9.3. Observações técnicas pertinentes à gestão dos serviços.

2.10. O evento que referencia a contagem de prazo para a execução das atividades está discriminado no ANEXO I do Termo de Referência.

2.11. Para as atividades de processamento de contas, deverá ser observado um percentual mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de entregas diárias de contas faturadas, além da observação do prazo de entrega referenciado no ANEXO I do Termo de Referência.

	Demanda diária estimada
Processamento de contas médico-hospitalares e correlatas	64 processos por dia útil
Processamento de contas odontológicas	7 processos por dia útil
Processamento de contas de reembolso	21 processos por dia útil

2.11.1. Os quantitativos estimados na [CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 11](#) poderão sofrer alterações para mais ou para menos em virtude do quantitativo de dias úteis no mês e do volume de contas recebido pela rede credenciada, mantendo-se o percentual disposto no item referido para fins de aferição das entregas diárias.

2.11.2. Ao fim de cada competência (mês de apuração), a integralidade dos processos demandados com vencimento no período deverão ser entregues pela contratada, sob pena da aplicação das glosas previstas no Termo de Referência.

- 2.12. Havendo descumprimento dos prazos e requisitos de qualidade constantes do Instrumento de Medição de Resultados (ANEXO I do Termo de Referência), poderão ser efetuadas glosas, conforme discriminado no referido Anexo.
- 2.13. A aplicação de glosas no faturamento da CONTRATADA não é fator impeditivo para a aplicação de eventuais sanções previstas contratualmente.
- 2.14. Os serviços deverão ser prestados com qualidade técnica, de forma a contribuir para a melhoria constante da qualidade e efetividade da assistência prestada pela rede credenciada aos beneficiários do Programa, em conformidade com os normativos do CONTRATANTE e observando a literatura científica mais atualizada, as diretrizes em saúde baseadas em evidências e a legislação vigente.
- 2.15. Após a assinatura do contrato, em até cinco dias úteis, deverá ser realizada reunião gerencial de implantação do contrato entre as equipes da CONTRATADA e do CONTRATANTE. Nessa oportunidade, serão ajustados os fluxos de comunicação, de execução dos serviços e os procedimentos de entrega de resultados.
- 2.16. No período compreendido entre a realização da reunião gerencial de implantação do contrato e o início da prestação dos serviços, serão realizadas reuniões operacionais entre as equipes técnicas da CONTRATADA e a equipe administrativa do CONTRATANTE para alinhamento de fluxos operacionais e instruções sobre as rotinas a serem cumpridas pela CONTRATADA.
- 2.17. O início da prestação dos serviços deverá ocorrer em 23 de janeiro de 2023.
- 2.18. Para os itens 6, 7 e 8 (processamento de contas) foram previstos quantitativos referentes ao faturamento mensal normal e a um estoque (equivalente a três meses de faturamento) que deverá ser processado e entregue durante os primeiros três meses de vigência contratual.

2.19. A critério do CONTRATANTE poderão ser realizadas reuniões periódicas de acompanhamento contratual entre as equipes de ambas as partes, com a participação obrigatória dos Supervisores, para avaliação dos serviços prestados e para promoção de ajustes operacionais necessários à melhoria da qualidade destes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A CONTRATADA deverá dimensionar sua equipe de trabalho levando em consideração a especificidade técnica de cada serviço discriminado neste contrato, a complexidade de cada atividade, os quantitativos referenciais da contratação e a volumetria especificada para cada serviço.

3.2. Cada serviço deve ser executado por profissionais conforme a delimitação da área de atuação, sendo necessário que a empresa designe profissionais para atender ao objeto contratual com, no mínimo, as seguintes qualificações:

ÁREA DE ATUAÇÃO	QUALIFICAÇÕES
Medicina	a) Registro no Conselho Regional de Medicina/DF E b) Especialização em auditoria médico-hospitalar OU experiência mínima de dois anos em auditoria médico-hospitalar, comprovada por meio de registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
Enfermagem	a) Registro no Conselho Regional de Enfermagem/DF E b) Especialização em auditoria médico-hospitalar OU experiência mínima de dois anos em auditoria médico-hospitalar, comprovada por meio de registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
Odontologia	a) Registro no Conselho Regional de Odontologia/DF E b) Especialização em auditoria odontológica OU experiência mínima de dois anos em auditoria odontológica, comprovada por meio de registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.
Faturamento	a) Ensino médio E b) Experiência mínima de seis meses no cargo de Faturista ou Auxiliar de faturamento (CBO 413115), comprovada por meio de registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços.

3.3. Os profissionais que atuarão na supervisão, mencionados na [CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 6](#) deverão possuir, no mínimo, as seguintes qualificações:

SUPERVISÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO	DE QUALIFICAÇÕES
SUPERVISÃO 1	Medicina	a) Registro no Conselho Regional de Medicina/DF E b) Especialização em auditoria médico-hospitalar.
SUPERVISÃO 2	Enfermagem	a) Registro no Conselho Regional de Enfermagem/DF E b) Especialização em auditoria médico-hospitalar.
SUPERVISÃO 3	Odontologia	a) Registro no Conselho Regional de Odontologia/DF E b) Especialização em auditoria odontológica.
SUPERVISÃO 4	Administrativo (Faturamento)	a) Graduação em qualquer área de formação.

3.4. A listagem e os documentos de qualificação técnica dos profissionais que atuarão na execução e supervisão dos serviços deverão ser entregues pela CONTRATADA até cinco dias úteis antes do início da execução dos serviços, conforme requisitos contidos na [CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 2](#) e na [CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3](#)

3.5. Todos os profissionais que vierem a atender a algum dos serviços contratados deverão possuir os mesmos requisitos de qualificação profissional descritos na [CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 2](#) e na [CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3](#), devendo a CONTRATADA apresentar a respectiva documentação de qualificação técnica com antecedência de 2 dias úteis do início da execução do serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1. O recebimento provisório realizar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da entrega do relatório gerencial mencionado na [CLÁUSULA SEGUNDA , ITEM 9](#), para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações e com a proposta.
- 4.2. O recebimento definitivo realizar-se-á no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações do CONTRATANTE.
- 4.3. As Seções de Atendimento aos Beneficiários do Pró-Ser, de Gestão de Contratos e Normas do Pró-Ser, de Processamento de Despesas Médicas e de Processamento de Despesas Odontológicas e Benefícios, dentro de suas respectivas competências, reservam-se o direito de rejeitar, integralmente ou em parte, os serviços que não atendam aos quantitativos ou às especificações técnicas do objeto contratado, obrigando-se a Contratada a providenciar, sem ônus adicionais, a complementação ou ajuste nos serviços não aceitos, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.4. As avaliações, medições e demais procedimentos de recebimento encontram-se descritas no ANEXO I do Termo de Referência.
- 4.5. O recebimento do objeto será efetuado por servidor ou comissões designadas pela autoridade competente, conforme o caso.
- 4.5.1. Nas hipóteses em que o valor da aquisição ou dos serviços superar o limite definido para a modalidade convite, para cada parcela executada, o CONTRATANTE constituirá obrigatoriamente Comissões de Recebimento distintas, uma para fins de recebimento provisório e a outra para o definitivo, as quais lavrarão termos circunstanciados, documentos que serão assinados por ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. A CONTRATADA declara receber cópia da [Instrução Normativa STJ/GDG N. 15 de 12 de novembro de 2020](#), ter sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça e compromete-se a cumprir os requisitos legais e os definidos no normativo, observadas as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, quando aplicáveis ao objeto deste contrato.
- 5.2. Os seus profissionais deverão estar informados sobre as boas práticas voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício e coleta seletiva, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1. A vigência do presente contrato é de doze meses, contados a partir de 23/01/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.
- 6.2. A prorrogação da vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.
- 6.3. Por ocasião da prorrogação, será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.
- 6.4. Será consultada a situação da CONTRATADA no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.
- 6.4.1. A CONTRATADA, ainda que inscrita no Cadin, poderá ter o contrato prorrogado na hipótese de ausência de impeditivos à continuidade do contrato.

6.5. Para qualificação econômico-financeira serão verificados os indicadores contábeis dispostos nos artigos 11 a 14 da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 23, de 21 de novembro de 2019](#), devendo ser considerado o nível de média representação orçamentária: valor anual estimado da contratação entre R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

6.6. Os índices serão obtidos a partir das seguintes fórmulas:

a. LG - Liquidez Geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

b. LC - Liquidez Corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c. SG - Solvência Geral

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

6.7. O valor do Patrimônio Líquido poderá ser atualizado pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), mantido Fundação Getúlio Vargas (FGV), quando o Balanço Patrimonial for encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, mediante a seguinte fórmula:

$$PLa = PL + (PL \times \text{Fator de Atualização})$$

Onde:

PLa = Patrimônio Líquido atualizado

PL = Patrimônio Líquido na data de encerramento do Balanço Patrimonial

Fator de Atualização = Variação percentual do IGP-DI/FGV contado a partir da data de encerramento do Balanço Patrimonial até o último índice disponível até a data limite para apresentação da proposta de preços.

- 6.8. Para maior esclarecimento da comprovação dos índices contábeis estabelecidos para qualificação econômico-financeira, a CONTRATADA poderá apresentar, devidamente preenchido e assinado pelo seu representante legal, o Anexo correspondente do Edital em conjunto com a documentação contábil pertinente.
- 6.9. A documentação contábil comprobatória da qualificação econômico-financeira será obtida diretamente do SICAF ou fornecida pela CONTRATADA durante a instrução da prorrogação.
- 6.10. A documentação contábil consistirá no Balanço Patrimonial do último exercício social, assinado pelo representante legal e pelo Contabilista responsável, exigíveis e apresentados na forma da lei, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- a. A estrutura do Balanço Patrimonial deve estar de acordo com as seguintes normas: NBC TG 26 (R3) - Apresentação das Demonstrações Contábeis; NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas; ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e/ou demais normas supervenientes.
- b. Caso a CONTRATADA seja Sociedade Anônima (ou por Ações), Sociedade em Comandita por Ações ou Sociedade de Grande Porte nos termos do art. 3º da Lei 11.638/2007, todas essas regidas pela Lei nº. 6.404/1976, serão consideradas na forma da lei o Balanço Patrimonial apresentado por meio de uma das seguintes formas:
- b.1. publicado em Diário Oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou
- b.2. publicado em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia; ou
- b.3. por cópia da escrituração contábil em formato digital ou não-digital;

- c. Caso a CONTRATADA seja Sociedade Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou outro tipo de empresa, serão consideradas na forma da lei o Balanço Patrimonial apresentado por meio de cópias da escrituração contábil em formato digital ou não-digital.
- d. Caso a CONTRATADA seja organização não sujeita a registro em Juntas Comerciais, será considerado na forma da lei o Balanço Patrimonial apresentado por meio de cópia da escrituração contábil em formato digital ou não-digital.
- e. No caso de escrituração em formato digital, a CONTRATADA deverá apresentar a impressão dos seguintes arquivos gerados pelo SPED Contábil da Receita Federal: Termo de Autenticação (Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital-ECD gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED); b) Termo de Abertura e Encerramento; (c) Balanço Patrimonial;
- f. No caso de escrituração em formato não-digital, a CONTRATADA deverá apresentar as cópias do Balanço Patrimonial extraído das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticados pelo órgão de registro público competente da sede ou domicílio do licitante (Junta Comercial ou em outro órgão equivalente), em conjunto com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento, todos evidenciando a correta ordem sequencial de extração do Livro Diário;
- g. Independente do tipo de empresa ou porte, a CONTRATADA deverá apresentar as Demonstrações Contábeis prescritas neste contrato.
- h. poderá ser examinado Balanço Patrimonial apresentado por outros meios permitidos pelas normas de regência, inclusive supervenientes, desde que previamente atestado como na forma da lei por contabilista da Administração.
- i. é facultado ao STJ promover diligência a fim de esclarecer ou complementar a interpretação das informações contábeis, podendo solicitar para isso:
 - i.1. Parecer da Auditoria Independente e demais Demonstrações Contábeis (inclusive Notas Explicativas) que sejam obrigatórios e já exigíveis na forma da lei; e/ou
 - i.2. apresentação do Livro Diário ou Livros Auxiliares; e/ou

- i.3. cópia de segurança do arquivo transmitido ao SPED que identifique a escrituração contábil no site da Receita Federal do Brasil; e/ou
- i.4. Anexo correspondente do Edital em conjunto com a documentação contábil pertinente; e/ou
- i.5. outras informações relevantes prestadas pelo licitante à Receita Federal, Comissão de Valores Mobiliários ou outros órgãos públicos de fiscalização e registro;
- j. nos termos do Acórdão TCU n. 116/2016 - Plenário, consideram-se os seguintes marcos temporais para apresentação do Balanço Patrimonial do exercício social anterior:
 - j.1. a partir de 1º de maio para demais entidades.
- k. Para maior esclarecimento da comprovação dos índices contábeis estabelecidos para qualificação econômico-financeira, a CONTRATADA poderá apresentar, devidamente preenchido e assinado pelo seu representante legal, o Anexo correspondente do Edital em conjunto com a documentação contábil descrita neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

- 7.1. As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 16/12/2022, conforme documento SEI [3280503](#).
- 7.2. O preço ajustado é final, nele estando inclusos todos os encargos que a CONTRATADA experimentará no cumprimento das obrigações ora assumidas.
- 7.3. O valor constante na coluna "valor estoque" da proposta da CONTRATADA será realizado como pagamento único, ao término do terceiro mês de vigência contratual, quando da conclusão da entrega dos processos finalizados.

7.4. Em caso de prorrogação contratual, o valor a ser considerado é o da coluna "valor anual" constante da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. O(s) preço(s) a que se refere(m) a proposta poderá(ão) ser reajustado(s), exceto o "valor estoque", a cada 12 (doze) meses contado, para o primeiro reajuste, a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, e nos reajustes subsequentes após doze meses, contado a partir dos efeitos do último reajuste concedido.

8.2. O reajuste será negociado entre as partes e terá como limite a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo , ocorrida nos 12 (doze) meses após a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, ou dos efeitos do último reajuste concedido.

8.3. Fica garantido à contratada o direito ao reajuste previsto neste contrato desde que solicitado dentro do prazo de 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir e, para os demais, a partir dos efeitos do último reajuste concedido.

8.4. O direito de reajuste precluirá a cada 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, e, para os demais, da data dos efeitos do último reajuste concedido, caso a contratada não o requeira dentro do respectivo período aquisitivo.

8.5. O reajuste previsto neste contrato poderá ser formalizado por meio de Termo de Apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As partes ajustam que o valor do presente contrato fica estimado em R\$ 1.096.498,80 (um milhão, noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).
- 9.2. As despesas com a execução deste Contrato serão atendidas com os recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.
- 9.3. Foi emitida, em 11/01/2023, a Nota de Empenho Estimativo n. 2023NE75, no valor de R\$ 91.374,90 (noventa e um mil, trezentos e setenta e quatro reais e noventa centavos), à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho Resumido 203839 e Natureza da Despesa 33.90.35.
- 9.4. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.
- 9.5. O número da(s) nota(s) de empenho, emitidas para atender às despesas do presente Contrato em exercício futuro, integra(m) o contrato, independentemente de transcrição, cujo registro ocorrerá no SIAFI.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

- 10.1. Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.
- 10.1.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento definitivo dos serviços relativos ao período.
- 10.2. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA, na Seção de Protocolo Administrativo do CONTRATANTE, localizada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF.

10.3. O pagamento será efetivado mediante crédito realizado em conta corrente bancária no prazo abaixo:

- a. cinco dias úteis, contados da apresentação da fatura, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993;
- b. dez dias úteis, contados da atestação da nota fiscal, para os demais casos.

10.4. O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal.

10.4.1. Nos casos contemplados pela alínea [b](#), da [CLÁUSULA DÉCIMA , ITEM 3](#) a atestação deverá ocorrer no prazo de até cinco dias úteis a contar:

- a. da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;
- b. do recebimento definitivo, nos demais casos.

10.5. Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente Contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

10.6. O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto na [CLÁUSULA DÉCIMA , ITEM 3](#), desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IPCA.

10.7. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

- 10.8. Ocorrendo a hipótese prevista na [CLÁUSULA DÉCIMA , ITEM 7](#) , o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá à regra estabelecida na [CLÁUSULA DÉCIMA , ITEM 3](#) e os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva prestação dos serviços.
- 10.9. Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.
- 10.10. Em relação aos serviços prestados no mês de dezembro, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal até o final da primeira quinzena do mês e encaminhá-lo ao gestor do contrato, juntamente com toda a documentação obrigatória, para atesto do período de efetiva prestação de serviços e envio à Secretária de Orçamento e Finanças - SOF para liquidação e pagamento.
- 10.10.1. Excepcionalmente, e desde que o contrato seja continuado, a área gestora poderá justificar a ausência de algum documento e encaminhar a nota fiscal para liquidação e pagamento, após regular autorização, sem prejuízo da posterior apresentação daquele.
- 10.10.2. Em janeiro do ano seguinte, a área gestora deverá atestar o período restante e encaminhar o processo novamente à SOF, para o pagamento complementar, que deverá ser objeto de liberação somente após a apresentação de toda a documentação exigida mensalmente;
- 10.10.3. a emissão de faturamento parcial poderá ser solicitada ou não pelo STJ, a depender das condições para finalizar o processo da despesa (liquidação e pagamento), não havendo obrigação contratual do pagamento parcial em dezembro.
- 10.11. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.

- 10.11.1. Na hipótese da [CLÁUSULA DÉCIMA , ITEM 11](#), os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.
- 10.12. O CONTRATANTE exigirá da(s) CONTRATADA(s), por ocasião do pagamento, a apresentação dos comprovantes de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados e junto à Caixa Econômica Federal, por meio do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 10.13. A CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, de acordo com a Lei n. 12.440/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 11.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato, no capítulo 10 do Termo de Referência e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:
- a. fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
 - b. submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
 - c. responsabilizar-se por danos causados, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade desta ou de terceiros;

- d. assinar o Termo de Confidencialidade da Informação conforme [ANEXO II](#) e manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato;
- e. manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram a contratação.

11.2. Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea "e" da [CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, ITEM 1](#).

11.3. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, no capítulo 11 do Termo de Referência e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional.

11.3.1. O CONTRATANTE franqueará à CONTRATADA acesso às notas de empenho emitidas para atender às despesas deste Contrato durante sua vigência.

11.4. Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

11.4.1. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste contrato, sendo observados:

- a. a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b. o interesse público;
- c. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta;

11.4.2. Os dados devem ser eliminados, quando não autorizada sua conservação, nos termos do art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento nas hipóteses previstas no art. 15 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato, a CONTRATADA fica sujeita:

12.1.1. A advertência, se couber, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

12.1.2. À penalidade de multa, conforme especificações abaixo:

Infração	Penalidade	Incidência
Descumprir prazo para início da prestação dos serviços.	Multa de 3% por dia, limitado a 3 dias.	Valor mensal do contrato
Prestar serviços em desconformidade com o Termo de Referência ou com este contrato ou deixar de seguir as orientações técnicas do CONTRATANTE.	Multa de 3%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.
Demonstrar falta de conhecimento e observância dos normativos e tabelas do CONTRATANTE, bem como os contratos firmados com a rede credenciada para a adequada execução dos seus serviços.	Multa de 2%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.

Obter por três meses consecutivos ou cinco alternados ICP inferior a 70% em um ou mais subprocessos.	Multa de 5%	Somatório do valor mensal faturado no contrato nos meses do inadimplemento. Para cômputo do período de alternância considerar-se-á o período de vigência contratual, sendo cumulativo em caso de prorrogação do ajuste.
Obter por três meses consecutivos ou cinco alternados ICQ inferior a 70% em um ou mais subprocessos.	Multa de 5%	Somatório do valor mensal faturado no contrato nos meses do inadimplemento. Para cômputo do período de alternância considerar-se-á o período de vigência contratual, sendo cumulativo em caso de prorrogação do ajuste.
Deixar de disponibilizar atendimento ao CONTRATANTE em dias úteis, no horário de 7 às 19h por mais de 4 horas úteis.	Advertência (na-primeira ocorrência)	
	Multa de 2% em caso de reincidência	Valor mensal faturado no contrato no mês do inadimplemento.

Deixar de apresentar ao CONTRATANTE relatórios estatísticos sobre os serviços prestados, quando demandados.	Advertência (na-primeira ocorrência)	
	Multa de 2% em caso de reincidência	Valor mensal faturado no contrato no mês do inadimplemento.
Disponibilizar ao CONTRATANTE os serviços de profissional sem os requisitos mínimos de qualificação profissional constantes neste contrato.	Multa de 2%	Valor mensal do serviço em que o profissional atuou.
Demonstrar falta de capacidade técnica ou falta de domínio das ferramentas informatizadas envolvidas na prestação de serviços.	Multa de 3%	Valor mensal faturado no contrato nos meses do inadimplemento.
Descumprir prazo de apresentação da listagem da equipe designada para atender ao objeto contratual, acompanhada da documentação de qualificação dos profissionais.	Multa de 0,33% por dia de atraso, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento)	Valor mensal do contrato faturado.
Deixar de notificar o CONTRATANTE sobre alteração da equipe designada.	Advertência (na-primeira ocorrência)	
	Multa de 0,5% em caso de reincidência	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.
Deixar de designar Preposto do Contrato ou descumprir as obrigações inerentes à essa figura contratual.	Multa de 2%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.
Deixar de comunicar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, qualquer anormalidade referente à execução dos seus serviços.	Multa de 2%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.

Deixar de notificar o CONTRATANTE sobre qualquer irregularidade identificada no atendimento prestado pela rede credenciada aos beneficiários do Pró-Ser.	Multa de 3%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.
Deixar de apresentar, em caso de alteração de responsável técnico da CONTRATADA, registro perante o CRM/DF no prazo definido no item 10.17 do Termo de Referência.	Multa de 0,33% por dia de atraso limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento)	Valor mensal do contrato
Deixar de informar por escrito e de imediato, qualquer alteração cadastral e constitutiva da empresa.	Multa de 0,5%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.
Deixar de apresentar declaração de domínio do sistema Benner Saúde, referente a novos integrantes da equipe, nos termos do item 10.10.1. do Termo de Referência ou o Termo de Ciência (ANEXO IV do Termo de Referência)	Advertência (na-primeira ocorrência)	
	Multa de 0,33% por dia de atraso, por profissional, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento) em caso de reincidência	Valor mensal do contrato
Deixar de responder integralmente por perdas e danos que vier a causar diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.	Multa de 3%	Valor mensal faturado do contrato no mês da ocorrência.

Infringir normas federais, estaduais ou distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, ou deixar de cumprir orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Instrução Normativa STJ/GDG n. 15, de 12 de novembro de 2020.	Multa de 3%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.
Não manter postura ética em conformidade com os Códigos Profissionais ou deixar de observar as normas de conduta emanadas pelo CONTRATANTE.	Multa de 3%	Valor mensal faturado no mês do inadimplemento.
Divulgar indevidamente informações sigilosas e sensíveis, conforme definições previstas na Lei Geral de Proteção de Dados.	Multa de 10%	Valor total do contrato
Deixar de observar as recomendações de segurança da informação dadas pela área de segurança da informação do STJ.	Multa de 10%	Valor total do contrato
Incorrer em quebra de sigilo ou violação das regras de confidencialidade estabelecidas no Contrato, independente de culpa ou dolo.	Multa de 10%	Valor total do contrato
Interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, algum dos serviços contratuais por prazo igual ou superior a cinco dias úteis (inexecução parcial).	Multa de 3% por dia de interrupção, limitado a 5 dias.	Valor mensal do contrato faturado no mês.
Interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, todos os serviços contratuais por prazo igual ou superior a três dias úteis (inexecução total).	Multa de 5% por dia de interrupção, limitado a 3 dias.	Valor mensal faturado no mês do serviço interrompido.

12.1.2.1. As multas aplicadas à CONTRATADA poderão ser cumuladas, respeitando-se o limite de 10% sobre o valor mensal total faturado do contrato no mês da apuração das inconformidades.

12.1.3. Na hipótese de inexecução parcial ou total dos serviços assumidos pela CONTRATADA, em período superior a 10 dias corridos, a Unidade Gestora do CONTRATANTE deverá se manifestar sobre o interesse na continuidade da execução do contrato, podendo sugerir sua rescisão, em conformidade com a legislação vigente.

12.2. Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do inciso II do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

12.3. O valor da multa aplicada, após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrado judicialmente;

12.4. Excepcionalmente, *ad cautelam*, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

12.5. A instrução dos procedimentos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão o rito estabelecido na [Instrução Normativa STJ/GDG N. 5/2019](#).

12.5.1. A dosimetria das sanções observará, no que couber, a Instrução Normativa CNJ n. 67 de 10 de julho de 2020 e a Instrução Normativa Seges/MP n. 3 de 26 de abril de 2018 ou as que vier substituí-las, caso não conflitantes com a estabelecida na instrução normativa indicada no item acima.

12.6. A notificação dos atos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão as regras da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 17, de 3 de julho de 2019](#).

12.6.1. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, os atos processuais poderão ser praticados em meio físico, digitalizando-se o documento físico correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

13.1. As partes desde já ajustam que não existirá, para o CONTRATANTE, nenhuma solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

14.2. A existência e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

14.2.1. Os titulares da Seção de Atendimento aos Beneficiários do Pró-Ser, Seção de Gestão de Contratos e Normas do Pró-Ser, Seção de Processamento de Despesas Médicas e Seção de Processamento de Despesas Odontológicas e Benefícios atuarão como fiscais do contrato, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procedendo ao registro de ocorrências e adotando as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.

14.3. Sempre que necessário, o Gestor/Fiscais do contrato promoverão reuniões de alinhamento, de modo a sanar dificuldades operacionais e garantir a qualidade da execução dos serviços.

- 14.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendem a mensuração dos aspectos descritos no item 16.5 do Termo de Referência.
- 14.5. Constituem-se obrigações dos Fiscais, as descritas no item 16.6 do Termo de Referência.
- 14.6. Constituem-se atribuições do Gestor, as descritas no item 16.7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 15.1. A CONTRATADA entregará na Seção de Análise de Garantia, Conta Vinculada e Sanções Contratuais do CONTRATANTE, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, quadra 6, lote 1, bloco "F", 1º andar, ala A, Brasília - DF ou enviará para o e-mail stj.sagav@stj.jus.br, no prazo de até trinta dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, garantia no valor de R\$ 54.824,94 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos), nos termos do art. 56, § 1º, incisos I, II e III, da precitada lei.
- 15.1.1. Em caso de prorrogação ou alteração quantitativa do contrato, o prazo para apresentação da garantia atualizada será contado da data estabelecida no respectivo termo aditivo ou instrumento equivalente (apostila), e deve observar o mesmo número de dias/prazo estabelecido neste contrato.
- 15.2. Ao CONTRATANTE é reservado o direito de somente liberar a garantia de que trata a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 1](#), caso haja adimplemento total de seu objeto.
- 15.3. O CONTRATANTE poderá executar a garantia para ressarcimento dos valores que a CONTRATADA passe a lhe dever em virtude da ocorrência de qualquer das situações expressamente previstas neste Contrato e na legislação pertinente, após a instauração de procedimento administrativo específico.

- 15.3.1. Na ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações contratadas, o CONTRATANTE notificará a empresa seguradora da expectativa de sinistro com vistas à resguardar a administração de possíveis prejuízos, mediante provocação da unidade gestora responsável pelo acompanhamento da execução contratual, durante a vigência da apólice.
- 15.4. Caso o valor da garantia venha a ser utilizado em pagamento de qualquer obrigação, desde que atribuída à CONTRATADA, esta se obriga a efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação por parte do CONTRATANTE.
- 15.5. A garantia a que se refere a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA , ITEM 1](#) corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao Contrato e será atualizada nas mesmas condições do ajuste.
- 15.6. No caso de a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-lei n. 1.737/1979.
- 15.7. No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, a aceitação da apólice dependerá de análise da regularidade da seguradora no sítio eletrônico da Susep, autenticidade do documento e conformidade do clausulado com a legislação vigente, o edital e os termos contratuais.
- 15.8. A CONTRATADA será comunicada do resultado da análise, para apresentação dos devidos esclarecimentos ou do endosso com os ajustes pontuais nas apólices, de modo a incluir todas as garantias conferidas pelo contrato celebrado.
- 15.9. A não entrega, pela CONTRATADA, da garantia prevista nesta cláusula, nos prazos previstos nas [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA , ITEM 1](#) e [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA , ITEM 4](#) deste ajuste, ensejará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 15.10. O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

15.11. A CONTRATADA será comunicada do resultado da análise, para apresentação dos devidos esclarecimentos ou do endosso com os ajustes pontuais nas apólices, de modo a incluir todas as garantias conferidas pelo contrato celebrado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos art. 77 a 79 da Lei n. 8.666/1993, o que a CONTRATADA declara conhecer.

16.2. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado, salvo anuência expressa da Administração, quando a nova pessoa jurídica preencher os requisitos de habilitação requeridos (exigidos) no Edital e mantiver as demais cláusulas e condições previstas no contrato.

16.3. Na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A presente contratação da foi precedida da Licitação n. 119/2022 , na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, e nos Decretos n. 10.024/2019, n. 8.538/2015, e, subsidiariamente na Lei n. 8.666/1993, na autorização constante do Processo STJ 13659/2022 , e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 16/12/2022 razão pela qual integram este ajuste.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019 e, de forma subsidiária, da Lei n. 8.666/1993, nos princípios de direito público, e em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

- 17.3. Apesar da publicação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente contratação fundamenta-se nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002.
- 17.4. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà as seguintes informações: tratamento de dados pessoais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, o método de aferição dos resultados, se houver, sanções aplicáveis, entre outros.
- 17.5. A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO(S) e parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos, o(s) link(s) citado(s) neste contrato, que está(ão) individualmente identificado(s) pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.
- 17.6. A possibilidade de cessão de crédito da empresa CONTRATADA ficará condicionada ao atendimento do estabelecido na Instrução Normativa n. 53, de 8 de julho de 2020 do Ministério da Economia ou norma que vier alterá-la, bem como não poderá prejudicar a execução do contrato que continua sob a responsabilidade da CONTRATADA.
- 17.7. Em conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente ajuste será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.
- 17.8. As questões oriundas deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília - DF.

E, estando justos e contratados os representantes das partes assinam a presente Contrato para que surtam os devidos efeitos legais.

ALEXANDRE SALES DE OLIVEIRA

Secretário de Administração em exercício

Superior Tribunal de Justiça

ANTONIA SEBASTIANA RODRIGUES

Sócia

Audicare - Consultoria Auditoria e Gestão em Saúde Ltda

**ANEXO I DO CONTRATO - DECLARAÇÃO DE DESCARACTERIZAÇÃO DE
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

Declaro, para fins de execução contratual, que os empregados da CONTRATADA não prestarão serviços com dedicação exclusiva e/ou contínua para o STJ, conforme previsto no art. 1º, § 1º, da Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013, com a redação introduzida pela Resolução CNJ n. 248, de 24 de maio de 2018.

ANTONIA SEBASTIANA RODRIGUES

Sócia

Audicare - Consultoria Auditoria e Gestão em Saúde Ltda

ANEXO II DO CONTRATO - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

O Superior Tribunal de Justiça, com sede no SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Brasília-DF, CNPJ n.º 00.488.478/0001-02 denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a **AUDICARE - CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA**, sediada no SMAS, n. 6580, Bloco 02, 4º andar, Sala 404, Condomínio Park Shopping Corporate, Zona Industrial - Guará, Brasília/DF, CNPJ n. 05.285.983/0001-73, denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO a assinatura do CONTRATO STJ N. 2/2023, celebrado com a CONTRATADA para fornecimento e prestação dos serviços objeto do contrato;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas, verbais ou de qualquer outro modo apresentadas, tangíveis ou intangíveis, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a contratada tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Superior Tribunal de Justiça de que a NOME DA EMPRESA tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, doravante denominado TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao acesso de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Cláusula Terceira - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada.

O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo STJ, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo STJ;

A CONTRATADA deve garantir a privacidade de titulares dos dados pessoais que eventualmente tenham acesso, utilizando como referência a legislação pertinente, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, bem como considerando a estrutura para a proteção de dados pessoais, previstos na ABNT NBR ISO/IEC 29100/2020.

Parágrafo Primeiro - Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo - As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro - As partes deverão observar o regime legal de proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados coletados estrita e necessariamente para a execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Quarto - As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II - Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes;

II - Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à CONTRATADA, são única e exclusiva propriedade intelectual do STJ;

III - A CONTRATADA obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO STJ N. 2/2023, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios da legalidade, de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava - DO FORO

As questões decorrentes deste Termo serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e Resolução STJ/GDG n. 6 de 13 de julho de 2017.

ANTONIA SEBASTIANA RODRIGUES

Sócia

Audicare - Consultoria Auditoria e Gestão em Saúde Ltda



Documento assinado eletronicamente por **Antônia Sebastiana Rodrigues, Usuário Externo**, em 11/01/2023, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Sales de Oliveira, Secretário de Administração - Em Substituição**, em 11/01/2023, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3311421** e o código CRC **BC85F182**.